

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DO ENSINO DE ENFERMAGEM

A 17 de abril do corrente ano, por Portaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, foi instruída mediante a designação de seus membros — a Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem. A Comissão do Ensino Médico, do Ensino de Odontologia e outras, cada qual em sua área, assessoram a Secretaria de Ensino Superior, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação universitária de seu campo.

Não somente a Secretaria do Ensino Superior, mas também o Conselho Federal de Educação vale-se da contribuição das Comissões de Especialistas do Ensino.

Por que existem tais Comissões? Os Ministérios, que integram o Poder Executivo da União, têm que realizar os trabalhos próprios de suas atribuições. No caso que estamos considerando, o Setor Educação tem de desincumbir-se de sua parte. Constitui os órgãos, faz a lotação e a designação do pessoal necessário. O grande volume de trabalho está sendo executado.

Em outra área estão as Universidades, de direito público ou privado; e estão a serviço de assistência, por exemplo, com ligações docentes-assistenciais; o ensino de 3.º grau, indissociável da pesquisa, é uma área que tem especialistas. O Ministério da Educação e Cultura quer ouvir um grupo de pessoas altamente conceituadas em suas áreas profissionais a fim de se valer de seus conhecimentos. Deseja o MEC sua contribuição específica para o Governo utilizá-la no traçado de diretrizes e em ações que propugnem o ensino nacional. É importante serem pessoas ativas em seus próprios campos profissionais, — professores e especialistas com maturidade para discernir medidas e prever seus efeitos no País. O fato de trabalharem como especialistas para o MEC, devotando a estas atribuições semanas por ano, e voltando ao trabalho habitual em seu campo é que assegura condições para permanecerem atualizados.

Para a Associação Brasileira de Enfermagem, a indicação da Comissão referida é motivo de grande júbilo. Terão, desse modo, as entidades de ensino

de 3.º grau de enfermagem, impulsionadas pela SESu, condições de prosseguir bem, corrigindo-se no que for indicado, suprindo-se daqueles recursos que lhes forem dados e, finalmente, estimulando-se a agir com criatividade para a formação de profissionais competentes.

Para que o leitor acompanhe com interesse a presente notícia, nós o remetemos ao conhecimento de modalidades anteriores dessas comissões, em que enfermeiras têm contribuído. Em 1962 o Diretor da então Diretoria do Ensino Superior designou a Comissão de Peritos em Enfermagem, de cinco membros, sob a presidência da Prof.^a Maria Rosa S. Pinheiro. Esta Comissão elaborou um proposta de currículo atualizado para a formação de enfermeiros, contendo, pela primeira vez, créditos em sua carga horária.

Em 1965 e 1966, outras duas comissões, a primeira com atribuições explícitas e a segunda designada Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem (CEE Enfermagem) instituídas pelas Portarias n.º 136/65 e 132/66 da DESu, fizeram os trabalhos que lhes foram solicitados. A Comissão de 1966 esteve sob a coordenação da Prof.^a Waleska Paixão. Um dos documentos finais destas duas comissões — ambas eram constituídas das mesmas pessoas — está publicado no livro da Prof.^a Anayde Corrêa de Carvalho, intitulado *Associação Brasileira de Enfermagem — Documentário, 1976*. pág. 485-495. Em 1975, valeu-se o mesmo órgão do MEC, o então Departamento de Assuntos Universitários (DAU) de um grupo de três especialistas, — Prof.^{as} Maria Rosa S. Pinheiro, Maria Dolores Lins de Andrade e Maria Nilda de Andrade. Desta comissão recebeu, em março do mesmo ano de 1975, o *Diagnóstico do Ensino de Enfermagem*. Outros trabalhos têm sido confiados a estas citadas e a outras especialistas, — Prof.^{as} Lygia Paim, Luiza Aparecida Teixeira da Costa, Iêda Bareira e Castro, Dilce Rizzo Jorge e Amália Corrêa de Carvalho, de 1975 até fins de 1978.

Há grande significação de se ter a recém-criada Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem.

No País, hoje, as Comissões de Especialistas de Ensino têm sua inserção nos outros componentes da cultura. Desse modo, a atual Comissão é mais importante do que os grupos similares aqui descritos. Esta de agora vai completar o complexo institucional da enfermagem. Quanto ao trabalho interno que deve desenvolver, continuará, por certo, tradição de competência, cidadania e cultura profissional que tem ilustrado sua classe e beneficiado seu País. (H.G.D.)